



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**SANTO ANDRÉ**

## REQUERIMENTO DE PROTESTO

REQUERIMENTO visando inserir em Ata dos trabalhos dessa Casa, VOTO DE PROTESTO ao CONAE 2024, considerando a gigantesca presença ideologização político-partidária e de gênero no documento final que definirá as diretrizes do Plano Nacional de Educação.

Senhor Presidente

Em 11 de setembro de 2023 foi publicado decreto nº11.697/2023 do Presidente da República, convocando em caráter extraordinário, a Conferência Nacional de Educação – CONA, edição 2024, com o tema Plano Nacional de Educação – PNE, Decênio 2024-2034, esse PNE vai definir as políticas educacionais pelos próximos 10 anos.

Ocorre que o documento final emitido por essa conferência esta repleto de manifestações com predileções partidárias-ideológicas, como por exemplo, “golpe de 2016”, “reducionistas de interesses privados e oriundas de um modelo que enxuga o papel do Estado, como as agendas neoliberais”, “a virada conservadora, e governos de extrema direita, tomaram as pautas da diversidade, como um ataque direto às pautas de “costumes” entre outras incontáveis menções.

Além do mais, o documento é repleto de menções a ideologia de gênero, com inúmeras referencias a estra construto teórico. A valorização, o debate e a promoção da diversidade de orientações sexuais é algo continuamente incentivado ao longo do texto, repercutindo em suas proposições e estratégias para o PNE.

Outro ponto de grande preocupação no documento são as liberdades religiosas das Escolas Confessionais, como por exemplo no trecho “nenhum projeto, política ou instituição educacional pode se pautar no proselitismo e na intolerância religiosa”.

Fato é que todas estas menções são feitas de forma subjetiva, ou seja, podem ser aplicadas da forma e no entendimento que o governo quiser, pois são escritos de forma a deixar ampla





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**SANTO ANDRÉ**

a interpretação, por exemplo, do que seria a intolerância religiosa.

Ainda, mais um ponto de grande apreensão é a forma com que o documento tenta impor de toda forma o rotulo de que as políticas que incentivam a diminuição do poder estatal no campo educacional são de alguma forma prejudiciais, “combater todas as formas de desqualificação da educação e de financeirização, privatização, terceirização e transferência de responsabilidades do Estado na educação à iniciativa privada”.

O documento ataca também os direitos individuais, arduamente conquistados pela sociedade como *homeschooling*, tratado como uma política educacional ultraconservadora e a “intervenção” do movimento Escola sem Partido, do agronegócio e retomada da privatização da educação.

Desta forma, requeremos à mesa que seja aprovado o presente **VOTO DE PROTESTO** ao CONAE 2024, considerando a gigantesca presença ideologização político-partidária e de gênero no documento final que definirá as diretrizes do Plano Nacional de Educação.

Dê-se ciência dessa propositura ao Ilustríssimo Senhor Deputado Federal, Kim Kataguiri.

1) Kim Kataguiri - Deputado Federal Câmara dos Deputados

Plenário "João Raposo Rezende Filho - Zinho", 11 de março de 2024.

**Ver. Marcio Colombo**  
**VEREADOR**



Autenticar documento em <https://camarasempapel.cmsandre.sp.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 350031003100380033003A005000. Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.